

EDITORIAL

Prezados leitores,

A Revista do Serviço Público, em sua primeira edição de 2026, reúne um conjunto expressivo de contribuições que, em diálogo, revelam a complexidade da ação estatal no Brasil contemporâneo. Em um cenário marcado por transformações institucionais, avanços tecnológicos e persistentes desafios sociais, os artigos aqui apresentados exploram, de forma complementar, dimensões centrais da administração pública — coordenação federativa, capacidade institucional, financiamento, desigualdades estruturais e inovação tecnológica — oferecendo evidências empíricas e reflexões críticas que iluminam tanto avanços quanto limites das políticas públicas no país, contribuindo para o aprimoramento dessas políticas e da gestão estatal.

No plano federativo, o artigo **As variações na coordenação federativa nas políticas públicas brasileiras: uma análise comparada de 10 políticas públicas** destaca que, embora tenha havido um fortalecimento da coordenação intergovernamental desde a Constituição de 1988, suas formas e intensidades variam significativamente entre políticas. A análise comparada de diferentes setores evidencia que essa variação se manifesta no grau de coordenação nacional, na configuração das arenas federativas, no papel desempenhado pelos estados e nos instrumentos voltados à transversalidade e intersetorialidade. Tais diferenças desafiam a consolidação de uma lógica sistêmica nas políticas públicas brasileiras, especialmente em contextos que demandam maior integração territorial e setorial, como crises sanitárias e climáticas.

A centralidade das capacidades institucionais emerge como elemento transversal em diferentes estudos. A análise sobre políticas de integridade em municípios brasileiros, no artigo **¿Cuánto importan las instituciones para la eficacia de una política de integridad pública? Un estudio comparativo de cuatro pequeñas ciudades de Brasil** demonstra que a eficácia dessas iniciativas não depende apenas de diretrizes normativas, mas de um conjunto articulado de fatores institucionais, incluindo capacidades técnico-administrativas, arranjos organizacionais e funcionamento dos sistemas internos de integridade. De modo convergente, o estudo **Emendas parlamentares obrigatórias na saúde: descentralização, capacidade administrativa e resultados no SUS** evidencia que a ampliação da autonomia subnacional, embora relevante, não se traduz automaticamente em melhores resultados: a efetividade do gasto público permanece condicionada à capacidade administrativa local, reforçando desigualdades territoriais e apontando para a necessidade de maior articulação entre critérios técnicos e decisões políticas.

Para além das dimensões institucionais e operacionais, esta edição incorpora abordagens críticas que problematizam os fundamentos das políticas públicas. O artigo **A Colonialidade das Políticas Públicas: a construção do outro como dispositivo de dominação** revela como

intervenções estatais podem reproduzir, de forma estruturante, hierarquias históricas por meio da construção do “outro” como objeto de intervenção. Ao evidenciar dimensões epistêmicas, institucionais, territoriais e subjetivas desse processo, o estudo amplia o horizonte analítico do campo e aponta para a necessidade de políticas que reconheçam a pluralidade de saberes e experiências.

Em diálogo com essa perspectiva, o estudo **A presença negra na diplomacia brasileira: um estudo sobre burocracia e desigualdade racial na carreira diplomática brasileira** evidencia avanços na inclusão por meio de ações afirmativas, ao mesmo tempo em que ressalta os limites de abordagens centradas exclusivamente no acesso. Os achados indicam que a transformação efetiva das estruturas burocráticas depende não apenas da diversidade numérica, mas da consolidação de uma burocracia representativa ativa, capaz de incidir sobre práticas institucionais e enfrentar mecanismos persistentes de desigualdade racial.

Os desafios e oportunidades associados à transformação digital também ocupam lugar de destaque. A análise efetuada no artigo **Participação Cidadã nas Cidades Inteligentes: identificando mecanismos nas cidades brasileiras** mostra que, embora haja expansão de mecanismos digitais de interação com a população, a participação cidadã ainda é, em grande medida, indireta e limitada, frequentemente restrita a canais consultivos ou de prestação de serviços. De forma semelhante, o panorama da produção acadêmica no artigo **Inteligência artificial (IA) no Poder Judiciário: panorama da produção acadêmica brasileira (2019-2024)** revela avanços na eficiência e na gestão de processos, mas destaca a urgência de aprimorar marcos de governança, transparência e ética, de modo a assegurar a legitimidade e a proteção de direitos fundamentais.

Em conjunto, os artigos desta edição convergem ao evidenciar que a efetividade das políticas públicas no Brasil depende de uma complexa articulação entre coordenação federativa, capacidades institucionais, inclusão social e governança de inovações. Ao mesmo tempo, apontam que soluções técnicas, isoladamente, são insuficientes para enfrentar desafios estruturais, sendo necessário incorporar perspectivas críticas e contextualmente sensíveis.

Por fim, a Revista do Serviço Público reafirma seu compromisso com a promoção de um debate qualificado, plural e orientado por evidências, agradecendo aos pareceristas que, com rigor e dedicação, contribuíram para a qualidade científica dos trabalhos aqui publicados. Seu trabalho é fundamental para o fortalecimento da produção acadêmica e para o aprimoramento contínuo das políticas públicas no Brasil.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura!

Alexandre de Ávila Gomide

Editor-Chefe